

Novo regimento reduz poder dos Presidentes da Câmara e do Senado

Brasília — O Congresso Nacional deverá ter dentro de seis meses novos regimentos internos para a Câmara e o Senado que, entre outras propostas, prevêem redução do poder dos presidentes de ambas as Casas sobre o plenário, com o conseqüente aumento da autonomia individual dos deputados e senadores.

As alterações incluem também a extinção do voto de liderança, além do fortalecimento das comissões, que passarão a convocar autoridades a depor. Atualmente, as comissões, com exceção das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI), podem apenas convidar funcionários do governo a comparecer a suas sessões para prestar esclarecimentos.

— O Congresso deve se imbuir de que é o cartão-postal da Nova República. Antes, o referencial era o Conselho de Segurança Nacional. O Congresso passa a ser o novo centro do poder — disse o Senador Marcondes Gadelha (PFL-PB), 3º secretário da Mesa.

Segundo ele, a primeira preocupação de deputados e senadores será a tentativa de recuperar autonomia em questões consideradas fundamentais para o exercício de seu poder. Gadelha aponta a necessidade de o Legislativo tratar de questões econômico-financeiras, mesmo que isso implique despesas.

Outro ponto a ser reivindicado por boa parte dos integrantes do Congresso será o aumento da capacidade de fiscalizar as estatais. Esta deverá ser a missão da Comissão de Fiscalização Financeira a ser criada brevemente.

A “monarquia presidencial” — expressão de que se serviu o Senador Marcondes Gadelha (defensor do parlamentarismo) para identificar o sistema brasileiro — “deverá sofrer uma sangria nas suas atribuições, na medida em que o Congresso irá buscar mais condições de interferir nas decisões nacionais”